



Segunda-feira, 07 de junho de 2021 às 11:02, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3084595: LEI Nº. 1.990, DE 04 DE JUNHO DE 2021 -  
DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de São Martinho

MUNICÍPIO

São Martinho



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3084595>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de SÃO MARTINHO**  
Rua Francisco Beckhauser, 70 – Centro  
CNPJ: 82.836.818/0001-03  
**LEI Nº. 1.990, DE 04 DE JUNHO DE 2021**

**“Dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO/SC, SENHOR ROBSON JEAN BACK**, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho de Alimentação Escolar - CAE órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento para atuar nas questões referentes ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**Art. 2º** Compete ao Conselho de Alimentação Escolar:

**I** – monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento das diretrizes da Lei 11.947/2009, concomitantemente ao disposto nos arts. 2º e 3º da Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013.

**II** – analisar o Relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela Entidade Executora - EEx, contido no Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;

**III** – analisar a prestação de contas do gestor, conforme os arts. 45 e 46 da Resolução FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;

**IV** – comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

**V** – fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

**VI** – realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

**VII** – elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta Lei; e

**VIII** – elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início do ano letivo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de SÃO MARTINHO**  
**Rua Francisco Beckhauser, 70 – Centro**  
**CNPJ: 82.836.818/0001-03**

**§1º** O Presidente é o responsável pela assinatura do Parecer Conclusivo do CAE. No seu impedimento legal, o Vice-Presidente o fará.

**§2º** O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional Estadual e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.

**Art. 3º** O Conselho de Alimentação Escolar- CAE, terá a seguinte composição:

**I** – um representante indicado pelo Poder Executivo;

**II** – dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e/ou discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

**III** – dois representantes de pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

**IV** – dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

**§1º** Os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados.

**§2º** Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve pertencer à categoria de docentes.

**§3º** Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção dos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer uma das entidades referidas no inciso.

**§4º** Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

**§5º** Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação deverão realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de SÃO MARTINHO**  
**Rua Francisco Beckhauser, 70 – Centro**  
**CNPJ: 82.836.818/0001-03**

**§6º** Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas, o Coordenador da Alimentação Escolar e o Nutricionista Responsável Técnico (RT) da Entidades Executora para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

**§7º** A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por Portaria ou Decreto Executivo.

**§8º** Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela EEx. por meio do cadastro disponível no portal do FNDE ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)) e, no prazo máximo de vinte dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos incisos II, III e IV deste artigo e a Portaria ou o Decreto de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.

**§9º** A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

**§10** O CAE terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva, estando suas atribuições especificadas no Regimento Interno do CAE; e

**§11** O Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade com o disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.

**§12** Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

- I** – mediante renúncia expressa do conselheiro;
- II** – por deliberação do segmento representado; e
- III** – pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

**§13** Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pelas EEx.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de SÃO MARTINHO**  
**Rua Francisco Beckhauser, 70 – Centro**  
**CNPJ: 82.836.818/0001-03**

**§14** Nas situações previstas nos §§ 10 e 11, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por portaria ou decreto do chefe do Executivo municipal, conforme o caso.

**§15** No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma do §12, o período do seu mandato será complementar ao tempo restante daquele que foi substituído.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal deve:

**I** - garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

- a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
- b) disponibilidade de equipamento de informática;
- c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive, para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE;
- d) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade;

**II** - fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

**III** – realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa; e

**IV** – divulgar as atividades do CAE por meio de comunicação oficial da EEx.

**§1º** O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

**§2º** Quando do exercício das atividades do CAE, previstos no art. 19 da Lei nº 11.947/2009 e art. 2º desta Lei, recomenda-se a liberação dos servidores públicos para exercer as suas atividades no Conselho, de acordo com o Plano de Ação elaborado pelo CAE, sem prejuízo das suas funções profissionais.

**Art. 5º** O Regimento Interno a ser instituído pelo CAE deverá observar o disposto nos arts. 2º, 3º e 4º desta Lei.

**Parágrafo Único:** A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE somente poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de **SÃO MARTINHO**  
Rua Francisco Beckhauser, 70 – Centro  
CNPJ: 82.836.818/0001-03

**Art. 6º** O Conselho poderá instituir Comissões Temáticas com finalidades e competências fixadas em resolução específica do próprio conselho, para realização de estudo e pesquisas sobre temas pertinentes a alimentação escolar.

**Art. 7º** O conselho Municipal reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, na forma que dispuser o Regimento Interno.

**Art. 8º** A convocação será feita conforme descrito no Regimento Interno.

**Art. 9º** As deliberações do Conselho serão tomadas através de resoluções, aprovadas por maioria simples de voto, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade, tudo formalizado em ata e registrado em livro próprio.

**Parágrafo único:** O *quorum* mínimo para votação de resolução é de maioria simples dos membros do Conselho

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 703 de 18 de agosto 1995 e suas alterações posteriores.

São Martinho (SC), 04 de junho de 2021.

**Robson Jean Back**

Prefeito Municipal

**“PUBLICAÇÃO”**

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Jaime Eyng**

Secretário de Governo